

Património Cemiterial: entre a materialidade e o espírito do lugar

Reflexão sobre a valorização e gestão da morte enquanto património artístico, pertença e memória coletiva¹

Andréa Michelle Diogo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O presente artigo pretende questionar o Património Cemiterial enquanto materialização artística e cristalização de um lugar de memória. Para o efeito, foca questões relativas à sua salvaguarda: se, por um lado, procura circunstanciar o Património Cemiterial naquilo que são as práticas e a sua legislação enquanto bem patrimonial, por outro, avalia como a adequação da sua gestão pode, ou não, potencializar os seus valores materiais e imateriais, equacionando a fruição do espaço e a conservação do espírito do lugar.

Palavras-chave: Cemitérios; Gestão do Património; Lugar de Memória; Património Cultural.

Entre a materialidade e o espírito do lugar

Refletindo sobre o espaço cemiterial, desde logo concluímos a sua importância enquanto um elemento essencial para a compreensão da identidade, do sentido de pertença e da memória de um lugar. De facto, o cemitério é parte constituinte do pólo sacralizador de uma comunidade, cujo quotidiano se relaciona com a memorização dos seus mortos (Almeida, 1981: 206-207). Nesse sentido, ao perspetivarmos o fenómeno da Morte, denotamos os seus reflexos sobre o nosso modo de «ser e estar», decorrentes das manifestações de «ostentação e devoção social» do século XIX (Sousa, 2009: 97), cristalizados até aos nossos dias num «impulso humano de criar monumentos duradouros» capazes

de superar «o fluxo e a evanescência de todas as formas vivas» (Mumford, 1970: 433).

Constituindo, em simultâneo, parte do nosso Património tangível (desde as produções artísticas ao desenvolvimento urbano) e do nosso Património intangível (patente nos demais hábitos e práticas relacionadas com a morte), o cemitério é um «lugar sagrado» e «de testemunhos da história local e identidade da sua comunidade» (*European Cemeteries Route*, s.d.: para. 1). Sem dúvida, o cemitério não só providencia «um cenário único para descobrir parte das nossas memórias históricas», como memora valores passíveis de serem preservados e transmitidos às gerações futuras (Id.ibidem: para. 3).

¹ Artigo produzido sob orientação da Professora Doutora Maria Leonor Botelho, no âmbito da unidade curricular de Estudos e Práticas em Património, integrada no plano de estudos do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2016/2017).



Figura 1 - Cemitério dos Prazeres: pormenor de uma Saude. Prova digital a cores da autora. Lisboa, 30 de junho de 2016.

PATRIMÓNIO CEMITERIAL

A valorização do património artístico, pertença e memória coletivas

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, nas suas *Reflexões sobre a Inventariação, Estudo e Valorização do Património Portuense*, considera que o mecanismo de salvaguarda de um cemitério implica que este «Museu da Morte» retorne «àquilo a que estava verdadeiramente predestinado» (Sousa, 2009: 103): de um «objeto de visita, [e] lugar de meditação» (Martin-Fugier, 1990: 226), a «cidade-museu, pólo de atração turística» (Sousa, 2009: 103). Para o efeito, acrescenta que deverá seguir um conjunto de iniciativas que, não só apoiem a inventariação e restauro qualificado dos «espécimes cemiteriais com mais-valia patrimonial», como fomentem a investigação e comunicação e, principalmente, a reformulação da regulamentação,² de modo a «estipular, com mais precisão e sentido patrimonial, as obras e a edificação de novos jazigos, procurando criar áreas protegidas dentro dos cemitérios» (Id.ibidem: 103).

Debrucemo-nos então sobre três aspetos preponderantes: a inventariação, a comunicação e a regulamentação.

No que diz respeito à inventariação, devemos destacar a ação de Francisco Queiroz, materializada na sua extensa obra produzida em torno dos cemitérios e arte funerária oitocentista em Portugal e da *Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória* (Queiroz, 2002), de ampla repercussão na produção literária e práticas patrimoniais. De facto, as suas considerações sobre estes «museus da morte» que animam o território português de Norte a Sul oferecem um contributo para a consolidação quantitativa de um espólio artístico que «espelha um passado de memórias familiares, de mentalidades, de vaidades, de estéticas arquitetónicas e símbolos» (Queiroz, 2000: 8).

Uma outra iniciativa defendida por vários investigadores, naquilo que consideram essencial no

² À data o autor aponta o *Regulamento dos cemitérios municipais* [do Porto], de 1970, que, embora hoje atualizado, mantém os mesmos parâmetros. Cf. Câmara Municipal do Porto (2016, 17 de novembro). *Código Regulamentar do Município do Porto*, Capítulo XI, Secção I, Art.º 66.

processo de valorização das referências culturais coletivas, é efetivamente a mediatização e comunicação do bem, através de mecanismos como a Educação Patrimonial.

Sobre esse aspeto, Marcelina de Almeida reflete o seu impacto enquanto «auxiliar [d]a comunidade no processo de interlocução com a memória, com os lugares de memória, com a história do local», pois é preponderante no «despertar [d]as populações para a percepção e valorização de lugares, de saberes, de celebrações, por meio de apreensões visuais dos bens da comunidade» (Almeida, 2016: 224). Segundo a autora Renata Alves, até mesmo o descuido pelos cemitérios e pela memória dos mortos reflete «uma expressão do património cultural de uma sociedade», na medida que espelham «uma mentalidade, um imaginário [coletivo] e as representações dessa mesma sociedade», cujo estudo é preponderante para a compreensão e transmissão do legado dos nossos antepassados (Alves, 2014: 207).

Ainda no âmbito da valorização do Património Cemiterial, Belmira Coutinho destaca o papel do Turismo, na sua mediatização e conservação, como «vantajoso» não só para os cemitérios em si, como para as localidades. A autora reconhece também que, embora Portugal esteja dotado de um grande potencial turístico de inegável valor histórico e artístico, assistimos ao «lamentável abandono a que são votados muitos dos monumentos funerários mais relevantes», «tanto pelas autoridades municipais como pelos proprietários» (Coutinho, 2011: 18).

Apesar do desinvestimento em regulamentações adequadas, e de legislação camarária específica à «preservação dos espécimes cemiteriais relevantes» (Sousa, 2009: 236), têm surgido iniciativas internacionais que, embora versadas sobre o seu potencial turístico, oferecem uma sustentação ao nível da mediatização e proteção do Património Cemiterial.

Neste sentido, Elisiana Castro (2010) releva a importância das ações «direcionadas à proteção dos

cemitérios», alavancadas pela *Carta Internacional de Morelia de 2005*, que assenta sobre «a preservação dos cemitérios e da arte funerária e propõe o conhecimento, a difusão e a apropriação social dos sítios funerários e dos seus ritos» (Castro, 2010:4). Do mesmo modo, aponta a *Ata de Compromisso e Anteprojeto de Lei para a valorização, proteção e difusão do património funerário* (Buenos Aires, 2006), o Órgão Oficial da Rede Argentina de Valorização e Gestão Patrimonial dos Cemitérios, assim como, o *Guia para a Conservação Cemiterial* (Tesouro Nacional da Austrália, 2009), criado com o propósito de «prestar assistência técnica especializada» de acordo com as recomendações políticas instituídas (Id.ibidem: 4-5). Em adição, a autora destaca o surgimento de associações e organizações de «amigos de cemitérios», como a *National Federation of Cemetery Friends*, no Reino Unido, ou os *Amigos do Cemitério da Recoleta, em Buenos Aires* (Id.ibidem: 4-5).

Neste contexto, surge a Associação dos Cemitérios Significativos da Europa (A.S.C.E.), cujos propósitos visam «promover os cemitérios europeus enquanto uma parte fundamental do Património da Humanidade» e «consciencializar os cidadãos europeus para a importância dos cemitérios significativos», através da partilha – entre os membros constituintes da *Rota dos Cemitérios Europeus*³ – de experiências e práticas na proteção, restauro e permanente manutenção dos cemitérios (ASCE – The Association of Significant Cemeteries in Europe, 2008).

Em Portugal, a valorização dos cemitérios enquanto produtos turísticos tem ainda poucas manifestações (Coutinho, 2011: 5), ainda que detenha um Património Cemiterial significativo «ao nível dos mais importantes do mundo». ⁴ Apesar do potencial turístico dos vários cemitérios portugueses, de raiz Oitocentista, é apenas verificado um aproveitamento do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, e dos Cemitérios da Lapa, Agramonte e Prado do Repouso, no Porto (Id.ibidem: 6) – através do *Núcleo Museológico dos Cemitérios Municipais de Lisboa* e do *Ciclo Cultural nos Cemitérios*, promovido pela Câmara Municipal do Porto.

³ A *Rota dos Cemitérios Europeus* veicula os cemitérios enquanto «um lugar de vida, cenários, enquanto espaços urbanos, diretamente ligados à história e cultura da comunidade a que pertencem» e reside numa diversidade cultural obtida pela interação entre os vários membros constituintes. Cf. European Cemeteries Route (s.d.).

⁴ Autores como Belmira Coutinho (2011) e Renata Alves (2014) determinam como casos de boas práticas de turismo cemiterial: o Cemitério de Père Lachaise, em Paris, o Cemitério Monumental de Milão, o Cemitério de Highgate, em Londres, o Cemitério da Consolação, em São Paulo, entre outros.



Figuras 2 e 3 - Cemitério dos Prazeres (em cima) e Cemitério Britânico do Porto (em baixo).
Provas digitais a cores da autora. Lisboa, 30 de junho de 2016; Porto, 11 de novembro de 2016 (respetivamente).

«Os cemitérios monumentais foram feitos para serem visitados» (Queiroz, 2009: 7) e, de acordo com Belmira Coutinho, «o Turismo Cemiterial acarreta vantagens», de entre as quais destaca o facto de «alerta[r] e sensibiliza[r] as autoridades que tutelam os cemitérios para a sua conservação e restauro» (Coutinho, 2011: 4). Nesse sentido, a ação da *Divisão de Gestão Cemiterial de Lisboa* – representada não só no «museu a céu aberto», como no *Núcleo Museológico* acolhido na capela mortuária dos Prazeres – propõe o objetivo de sensibilizar o visitante «a interpretar a evolução através dos tempos das diferentes atitudes culturais, sociais e psicológicas do ser humano perante a Morte», aliado a um propósito de «preservar, estudar e trazer a público este património histórico» (Câmara Municipal de Lisboa, s.d.). Já a Câmara Municipal do Porto oferece uma atividade cultural distinta – versada em visitas guiadas, exposições, palestras e concertos –, promovida no âmbito do Ciclo Cultural dos Cemitérios do Porto, cujo objetivo é «a extensão da iniciativa a cemitérios não municipais da cidade» (Câmara Municipal do Porto, 2016a).

Gestão e potencialização dos valores materiais e imateriais do Património Cemiterial em Portugal

Apesar dos vários passos tomados na direção da proteção e potencialização do Património Cemiterial em Portugal, não existe à data um modelo consolidado de boas práticas, como registado em exemplos internacionais. Ainda que Municípios como os das cidades do Porto e Lisboa contribuam com iniciativas culturais focadas nos seus cemitérios, compreendemos que estas requerem a implementação de mecanismos sustentáveis de gestão dos espaços cemiteriais, enquanto bens de Património Cultural. Nesse sentido, compreendemos que parte da solução ideal passaria pela conjugação das concretizações práticas – como o Ciclo Cultural nos Cemitérios, promovido pela Câmara Municipal do Porto, e o *Núcleo Museológico dos Cemitérios Municipais de Lisboa* –, com as produções académicas ao nível da inventariação, valorização e propostas de patrimonialização alavancadas.

A partir deste conjunto de iniciativas, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa formula uma proposta de potencialização dos cemitérios enquanto um «vasto Museu da Morte» (Sousa, 2009: 235). Sugere que, para tal ação se concretizar, será necessário a elaboração de um Roteiro, «que estabeleça um percurso para o visitante (...), introduzindo-o no seu

historial, desde a fundação aos nossos dias», assim como a edificação de um núcleo museológico – em permanente articulação com o «Museu ao ar livre» –, que funcionaria como local de recolha e exibição de dados, assim como «pólo de investigação sobre os fenómenos da Morte em Portugal, evitando a destruição de tantos objetos e edificações, sucumbidos pela voragem do tempo» (Sousa, 2009: 235-236).

Desenvolvendo o conceito de Cemitério-Museu, compreendemos que o seu funcionamento e implantação depende da inclusão da comunidade, cujo impacto resultará «no fortalecimento da identidade local e da produção de conhecimento e cultura» (Nogueira, 2013: 117). Nesse sentido, Renata Nogueira conclui que:

«uma comunidade atuante e organizada poderá se tornar o pilar de toda [a] ação cultural promovida no museu, onde o turismo como atividade econômica vigorará. Não haverá fluxo turístico perene e economicamente interessante se não houver uma comunidade receptora e bem organizada. O turismo, tanto para o cemitério quanto para a comunidade do entorno, poderá se revelar como uma alternativa para o crescimento através das melhorias possibilitadas pela acumulação de renda e geração de empregos constantes» (Nogueira, 2013: 117).

Considerações Finais

O propósito deste artigo foi refletir sobre o Património Cemiterial, naquilo que é, por um lado, a valorização do património artístico, pertença e memória coletivas, inerentes ao espaço cemiterial e, por outro a gestão e potencialização do Património Cemiterial em Portugal. Findo todo o processo de ponderação sobre a importância de inventariar e conservar, enquanto mecanismos de valorizar o Património Cemiterial, foi-nos possível perceber que existe uma premência de iniciativas de sensibilização, assim como legislativas.

Embora possamos testemunhar um gradual desenvolvimento de atividades que potencializem a fruição e manutenção do espaço cemiterial existem, de facto, lacunas. Compreendemos que seria de todo profícuo procurar melhor os mecanismos de comunicação dos valores do Património Cemiterial, com especial incidência no campo da Educação Patrimonial. Deste modo, não só impulsionaria um incremento do interesse da comunidade em fruir, preservar e transmitir um legado coletivo; como estimularia uma adequada reformulação dos

regulamentos e legislação, de modo a legitimar e instituir, junto das entidades municipais, preocupações com a sua conservação e manutenção.



Figura 4 - Cemitério dos Ingleses: detalhe de Perpétua (*Gomphrena globosa*) em relevo. Prova digital a cores da autora. Lisboa, 30 de junho de 2016.

Referências

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1981). «Território paroquial de entre-Douro-e-Minho: sua sacralização». *Nova Renascença*, vol. 1, nº2. Porto: Associação Cultural Nova Renascença. pp. 202-212.
- ALMEIDA, Marcelina (2016). «A cidade e o cemitério: uma experiência em educação patrimonial». *Revista M – Dossier Morte, Poder e Política*, vol. 1, nº1. pp. 217-234.
- ALVES, Renata Miriam (2014). *Cemitérios: entre tumbas e esquecimento. Um património à sombra da memória*. Minas Gerais: Universidade Estadual de Montes Claros. Dissertação de mestrado.
- ASCE – The Association of Significant Cemeteries in Europe (2008). The Association. Disponível em <<http://www.significantcemeteries.org/p/the-association.html>> [Acedido a 26/12/16].
- Câmara Municipal de Lisboa (s.d.). Museu – *Cemitério dos Prazeres*. Disponível em <<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/museu-cemiterio-dos-prazeres>> [Acedido a 26/12/16].
- Câmara Municipal do Porto (2016a). *Atividade Cultural dos Cemitérios do Porto*. Disponível em <<http://www.cm-porto.pt/ciclos-culturais/visita-2>> [Acedido a 26/12/16].
- Câmara Municipal do Porto (2016b). *Código Regulamentar do Município do Porto*, Capítulo XI, Secção I, Art.º 66. Disponível em <<https://cmpexternos.cm-porto.pt>> [Acedido a 02/10/16].
- CASTRO, Elisiana (2010). «Cemitérios em destaque: iniciativas nacionais e internacionais pela preservação do património funerário». *Anais do III Encontro Nacional da ABEC*, Piracicaba. Disponível em <<http://bit.ly/2i2iNYn>> [Acedido a 26/12/16].

- COUTINHO, B., BAPTISTA, M. M. (2011). «Cemitério Central de Aveiro: entre a vida e a morte» [em linha]. Congresso Internacional «A Europa das Nacionalidades – Mitos de origem: Discursos Modernos e Pós-Modernos». Aveiro: Universidade de Aveiro. pp. [1-22]. Disponível em <<http://mariamanuelbaptista.com/pdf/CemiterioCentral.pdf>>. [Acedido a 08/10/2016].
- European Cemeteries Route (s.d.). *About Cemeteries Route*. Disponível em <<https://cemeteriesroute.eu/about-cemeteries-route.aspx>> [Acedido a 26/12/16].
- MARTIN-FUGIER, Anne (1990). *Os ritos da vida privada burguesa. História da Vida Privada*. Volume 4: Da Revolução à Grande Guerra. Porto: Edições Afrontamento.
- MUMFORD, Lewis (1970). *The Culture of Cities*. Orlando, Harcourt Brace Jovanovich Publishers.
- NOGUEIRA, Renata de Souza (2013). *Quando um cemitério é patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado.
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira (2009). «A escultura nos cemitérios portugueses (1835-1910): artistas e artífices». In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (Coord.). *A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPSE .pp. 235-247.
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira (2002). *Os cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira (2000). *Cemitérios do Porto: Roteiro*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos (2009). *Arte e Sociabilidade no Porto Romântico*. Porto: CITAR/ Universidade Católica do Porto.